

HUMBERTO GOMES DE BARROS

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

A natureza tem caprichos ainda não decifrados. Por efeito de tais extravagâncias, o organismo, sem causa aparente, passa a rejeitar um de seus órgãos, bombardeando-o com anticorpos. São as chamadas doenças auto-imunes. Outras vezes, determinado órgão joga suas células na corrente sanguínea para que se instalem em outras partes do corpo. Os órgãos destinatários passam a ser colonizadas pelas células migrantes. Esse fenômeno denomina-se metástase cancerosa.

Os organismos sociais também se expõem à metástase e auto-rejeição. Essas reflexões ocorreram-me a partir de notícias divulgadas recentemente. São duas informações que, aparentemente, nada têm a ver uma com a outra. A primeira refere-se à declaração feita por eminente figura da República, dando conta de que a Presidência só nomeava para integrarem tribunais do trabalho pessoas que se comprometessem a não votar contra os planos econômicos governamentais.

Fosse professor de ciência política ou de sociologia, eu escolheria essa exigência como exemplo de metástase social maligna. De fato, em exigindo a declaração de fidelidade, um dos órgãos do Estado (o Poder Executivo) estaria inserindo nas entranhas de outro órgão (o Poder Judiciário) agentes seus. Tais agentes levariam a missão de interferir no funcionamento do órgão destinatário. Por efeito da interferência, o tribunal colonizado abandonaria a isenção que deve caracterizar a atividade judicial. Passaria a funcionar como aliado, ou simples colônia do Poder Executivo.

A outra notícia relaciona-se com a definição dos índices aplicáveis na correção monetária do FGTS. Afirma-se que a decisão do Poder Judiciário, definindo os critérios, apenas será obedecida em relação aos quotistas que ingressarem, tempestivamente, em juízo. Vale dizer: cada um dos milhões de trabalhadores donos de cotas no FGTS será compelido a propor uma ação. Esses milhões de processos circularão pela Justiça Federal, ultrapassarão o Superior Tribunal de Justiça e terminarão no Supremo Tribunal Federal. Dizem os jornais — em declarações atribuídas a funcionários em nível de ministro de Estado — que semelhante atitude visa unicamente ao "alongamento da dívida". Isso significa que o Poder Executivo usará, confessadamente, o Judiciário como instrumento para adiar o pagamento de dívidas do Estado. A ser verdadeiro, semelhante propósito traz em si a mancha da imoralidade. Nele encerra-se, também, grave mazela política. É que a recalcitrância do Estado provocará corrida ao Poder Judiciário. Estima-se em trinta milhões o número de cotistas do FGTS. Como o governo exige que todos esses cotistas reclamem judicialmente a correção de seus créditos, é de se prever que a Justiça Federal receberá de um só golpe — como numa tromba d'água — milhões de processos. Ora, se esse ramo do judiciário já não suporta a carga atual, é inevitável sua falência. Paralisada em sua função de resolver conflitos, a Justiça Federal deixará sem solução as pendências a ela confiadas. Por efeito da paralisação, os débitos do Estado serão prolongados até as calendas gregas. Eis um caso típico de auto-imunidade política: um órgão estatal, para desviar outro órgão de sua finalidade essencial, empanturra-o com problemas que o levarão à paralisia. No caso, o Judiciário, vitimado pela agressão, deixa de julgar. Transforma-se em depósito de reclamações. O artifício é eficaz. Manietado o Judiciário, alonga-se indefinidamente o perfil da dívida.

Pergunto agora: o ardil é salutar? Não tenho dúvida em responder negativamente. Com efeito, uma vez julgadas procedentes as ações, os créditos dos cotistas serão acrescidos por honorários de

advogados, que acrescentarão alguns pontos percentuais ao montante bilionário da dívida. Outro acréscimo pode resultar de multas legais cominadas a quem utiliza a Justiça para atingir objetivo ilícito (artigo 17 do Código de Processo Civil). Se enxergarmos da perspectiva sóciopolítica, é de se perguntar; vale a pena impor ao trabalhador brasileiro tão dolorosa frustração?

Em verdade, toda a contenda gira em torno de uma só questão: o índice a ser observado na correção monetária. Esse índice, necessariamente, há que ser único. Com efeito, o que se ajusta é o Fundo. A correção das cotas é simples consequência de tal ajuste. É logicamente impossível, além de agredir o princípio constitucional da igualdade, aplicar IPC a algumas cotas e ORTN a outras. Vale dizer definido o índice de correção em um processo, a pendência estará resolvida. Qualquer outra ação restará prejudicada.

O bom senso indica a necessidade de obter-se solução razoável, capaz de superar a dificuldade. Nosso governo já atravessou dificuldades maiores (lembro, a propósito, a crise dos bancos). Todas foram superadas com energia e imaginação. Por que, agora, agredir o Judiciário paralisando-o e transformando-o em armazém de pretensões violentadas?

O método é suicida: assim como o organismo humano precisa do coração para sobreviver, o Estado moderno sem um Poder Judiciário rápido e eficaz deixa de funcionar. A comunidade globalizada não admite estados hipossuficientes. Corremos grave risco de sermos escoraçados.

Não devemos esquecer: as doenças auto-imunes costumam levar todo o organismo à morte.